

A INFLUÊNCIA DA CPA NO PROCESSO DE GESTÃO EDUCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR.

Profª Aneci Neves da Silva Delfino
Profº Osmar Pereira dos Santos
Profº Hederson Pinheiro de Andrade
Guilherme Barbosa de Souza e
Rhuan Alves Ribeiro.

E-mail: cpa@fug.edu.br

Resumo

A influência do trabalho da CPA se relaciona diretamente com o tratamento dado ao ensino superior na busca pela qualidade educacional. Do ponto de vista da gestão administrativa, as 10 dimensões elencadas, podem nortear as decisões de gestão das instituições de ensino superior, trazendo uma visão da qualidade do ensino oferecido por elas, conciliando as boas práticas de gestão. A CPA procura orientar a gestão, em suas dimensões política, acadêmica e administrativa para promover os ajustes necessários a elevação do padrão de qualidade institucional. O **objetivo** geral deste artigo é além de destacar a influência da CPA no processo de gestão educacional, discutir a política de auto avaliação institucional, de forma a se constituir em instrumento de apoio que propicie a FUG avaliar e trabalhar os indicadores de potencialidades identificando as dificuldades enfrentadas pela instituição e os caminhos possíveis para minimizá-las ou, preferencialmente, superá-las. **Metodologia**, através da pesquisa descritiva do tipo narrativa busca-se o entendimento sobre a influência da CPA na gestão educacional da IES, considerando o contexto do SINAES. A existência de uma filosofia avaliativa que funcione como ponto de partida para o desenvolvimento e a ampliação dessa proposta faz diferença quanto à receptividade das ações. **Resultados e Conclusão**, a importância dada ao trabalho da CPA tende a ser proporcional ao grau de conhecimento que os segmentos envolvidos têm tanto sobre a necessidade do exercício de autoavaliação quanto sobre a criação e o fortalecimento da identidade institucional.

Palavras-chave: Autoavaliação Institucional. Comissão Própria de Avaliação (CPA). Gestão Educacional.

Introdução

O processo de Autoavaliação da Faculdade União de Goyazes justifica-se pela necessidade de refletir, a partir do conhecimento de sua realidade, sobre os significados do conjunto de suas atividades, a fim de melhorar a qualidade educativa, promover a melhoria contínua e o crescimento bem estruturado dos serviços prestados à comunidade acadêmica, para assim atingir o cumprimento de sua missão. O sentido da avaliação pode ser expresso quando a gestão institucional utiliza seus resultados para a tomada de decisões tendo em vista a

criação da cultura de projeção antecipada. De acordo com a lei 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), a eficácia e o bom uso dos resultados das avaliações internas compõem uma das dimensões centrais do processo avaliativo. Para a implementação do sistema, cada Instituição de Ensino Superior, pública ou privada, foi solicitada pela referida lei a constituir Comissões Próprias de Avaliação - CPA, como o propósito de constituírem-se como instâncias responsáveis pela avaliação interna e canais de intercâmbio de informações com o INEP; instâncias delineadas a partir de requisitos como o enquadramento formal, a autonomia para a atuação e representatividade em relação aos segmentos da comunidade acadêmica e sociedade civil organizada.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) reveste-se da atribuição fundamental da avaliação interna da IES. Assim, no contexto da gestão e do trabalho da CPA, surge a questão fundamental da utilização dos resultados gerados por ela como insumo do processo de gestão, observado que a avaliação interna se relaciona intimamente com o dimensionamento do alcance dos fins e objetivos da instituição e, conseqüentemente, do atendimento das expectativas sobre a atuação da IES. A implementação das CPA no cotidiano de Instituições de Ensino Superior, traz consigo uma série de desafios: atendimento aos requisitos normativos, composição da equipe, apoio institucional para a realização de suas atividades, infraestrutura, aceitação dos resultados pelos diversos atores da comunidade acadêmica, sem contar com outras peculiaridades inerentes à realidade de cada IES. Cada um destes demanda a implementação de estratégias que permitam que as CPA se afirmem como uma instância ativa e essencial para sua respectiva IES.

Na medida em que o processo avaliativo é significativo para a comunidade acadêmica, há um maior envolvimento dos sujeitos e, desse modo, os resultados aproximam-se mais da realidade pesquisada. É importante destacar que promover o envolvimento da comunidade acadêmica nos processos avaliativos é um desafio permanente colocado à IES, pois as pessoas precisam constantemente ser sensibilizadas para participarem desse movimento de forma comprometida. Dentre as formas possíveis de avaliação interna sob o objetivo da CPA, nos interessa abordar as ações autoavaliativas referentes à implementação e funcionamento dos cursos. Ações que, ao formarem uma perspectiva objetiva e mensurável sobre o ritmo e forma de concretização dos compromissos institucionais assumidos nos planos e diretrizes iniciais das IES, ampliam a eficiência dos julgamentos e decisões a serem tomadas pela equipe de gestão acadêmica. A CPA pode fazer isso por meio dos seus próprios esforços de investigação avaliativa ou traduzindo para os gestores os resultados das avaliações externas.

A CPA conduz os processos de avaliação internos da instituição e tem um papel norteador, de diagnóstico, potencializador e sensibilizador, a partir do olhar interno dos diversos setores da instituição. Ela reflete sobre o desempenho institucional e dos cursos em diversas esferas, evidenciando resultados com melhor e pior desempenho. E, a partir desse olhar, pode gerar reflexões potencialmente desencadeadoras de melhorias na própria IES.

Neste artigo, buscaremos entender como o funcionamento da CPA influencia a instituição onde ela está e o que ela tem de melhores práticas. São boas as práticas bem-sucedidas que encontram novos caminhos e subsidiam transformações na IES, nos cursos ou no próprio processo de autoavaliação. Nesse contexto, ressalta-se a importância de documentar as práticas, que poderão servir de inspiração para o processo autoavaliativo posteriormente.

Nos instrumentos de Avaliação Institucional Externa, avalia-se a existência do processo de autoavaliação institucional, tais como: o atendimento deste processo avaliativo às necessidades institucionais; a utilidade da autoavaliação como instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa de melhoria institucional. A CPA na FUG funciona como o mine MEC na instituição, para isso busca trabalhar o processo de sensibilização da comunidade acadêmica baseada nos resultados efetivos do uso da autoavaliação. Como bem expressa MULLER (2001: pág. 7)

É um instrumento valioso que uma instituição educacional pode construir e implantar para produzir um conhecimento do desejável e do indesejável do interior da organização, (...), com o objetivo de subsidiar qualquer planejamento para melhorar a qualidade dessa organização.

Desta forma, a Avaliação Institucional constitui-se num instrumento e ação capaz de sinalizar o desempenho do seu funcionamento e detectar distorções entre o planejado e o que está sendo executado, oferecendo, desta forma, subsídio para correção. É importante fazermos essa reflexão, pois a CPA é responsável por coordenar a autoavaliação institucional, desde a elaboração do método, passando por sua implementação e sistematização dos resultados até a elaboração do Relatório Anual de Avaliação Institucional.

Desta feita, é assegurada a relevância da avaliação interna como o processo por meio do qual a IES torna mais eficiente e efetivo o autoconhecimento de sua dinâmica, qualificando-se a autoavaliação como uma construção coletiva de reflexões indutoras da melhoria da qualidade das responsabilidades pedagógicas, científicas, administrativas e de relações sociais estabelecidas e suas vinculações com a sociedade.

Diante o descompasso entre as expectativas da sociedade e as respostas da FUG aos seus problemas, a avaliação Institucional é um processo de aferição do desenvolvimento de ações que permite o autoconhecimento, a correção e o aperfeiçoamento das ações institucionais, desencadeado por um processo participativo e democrático formado por membros internos e externos da Comunidade Acadêmica e Administrativa, vislumbrando a promoção da qualidade dos serviços prestados à comunidade externa. O processo de avaliação é um instrumento valioso e eficaz na construção de uma Instituição forte e eficaz.

Segundo BOTH (1992), “a avaliação, proporciona todas as condições necessárias para redimensionamento do compromisso da instituição com a

comunidade acadêmica e a sociedade civil”, ou seja, a avaliação Institucional deve ser vista como um compromisso de todos e para todos. É necessário saber e entender o processo de desenvolvimento do ensino, a formação de profissionais, as finalidades de avaliações da aprendizagem e de que forma se processam os critérios de seleção e de promoção dos alunos, tendo em vista que a sociedade atual está a exigir tanto das organizações públicas, quanto privadas, em especial às instituições educacionais, qualidade dos serviços oferecidos e compromisso social, já que a educação é constituída como um bem público e o maior patrimônio de qualquer país, sendo uma válvula propulsora para o desenvolvimento da nação e constituição de uma sociedade mais crítica e exigente.

É com essa finalidade que a Faculdade União de Goyazes propõe um Sistema de Avaliação Institucional a fim de que seja possível coletar evidências sobre a qualidade do ensino oferecido e dos processos administrativos, uma vez que a qualidade dos discentes formados depende do trabalho dos docentes e o trabalho dos docentes depende da estrutura administrativa e física que a Instituição fornece para que a sua missão seja levada a cabo. Assim sendo, a FUG propaga sua cultura de avaliação, fator fundamental para se atingir a missão institucional e os objetivos dela advindos. Essa cultura, porém, não se materializa sem a adesão de docentes, discentes, colaboradores administrativos e da comunidade civil, bem como, sem a conscientização de que a avaliação é um processo contínuo e sistemático que exclui ações de ameaça ou punição, pois, os resultados da avaliação devem proporcionar mudanças e correções dos problemas que prejudicam o desempenho dos docentes, dos discentes, dos administrativos e da própria instituição em si.

Assim, as CPA encaram desafios e de seu futuro espera-se que ajudem a estabelecer e melhorar a cultura da autoavaliação, a evidenciar na agenda institucional a melhoria dos processos do ensino/aprendizagem, a facilitar a discussão e cooperação na busca pelo melhor desempenho institucional e divulgar ao público externo que há atenção despendida para a garantia da qualidade. Diante do papel relevante assumido pela CPA e da sua importância para o processo avaliativo como um todo.

É imprescindível repensar o processo de avaliação institucional desenvolvido na FUG que atenda aos objetivos e anseios da sociedade, já que se constitui numa ferramenta valiosa para demonstrar o que é e o que tem feito em prol da sociedade, permitindo buscar novos caminhos para alcançar resultados significativos. Nesta linha de raciocínio, vale ressaltar o que bem expressa SOBRINHO (1996:10):

Avaliar uma instituição é compreender as suas finalidades, os projetos, a missão, o clima, as pessoas, as relações sociais, a dinâmica dos trabalhos, a disposição geral, os grupos dominantes e as minorias, os anseios, os conflitos, os valores, as crenças, os princípios, a cultura.

A exemplo do que ocorre em outras instituições de ensino superior nas diversas regiões do País, a Faculdade União de Goyazes tem, entre suas prioridades, a melhoria da qualidade do ensino. Para tanto, é necessária uma avaliação global da Instituição, não com o objetivo de punir ou premiar os

envolvidos no processo, mas sim contribuir para o aperfeiçoamento da prática pedagógica e administrativa da FUG. Da mesma forma, os dirigentes da Instituição não devem encarar a Avaliação Institucional simplesmente como um julgamento da Administração Superior, mas sim como um processo de aprendizagem contínua e de crescimento organizacional.

Os resultados da avaliação também podem ser usados para a gestão administrativa do ambiente acadêmico, como suporte na elaboração de ajuste curricular, na implementação de novos projetos pedagógicos e da melhoria das condições da estrutura física, no planejamento orçamentário e na elaboração de planos de trabalho capazes de corrigir as dificuldades detectadas no processo de avaliação.

Assim, o que se pretende é estabelecer um fluxo de informações entre a administração superior e o ambiente acadêmico, mediante o processo de avaliação, que se constituirá em subsídios extremamente relevantes para o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem e da cultura avaliativa e administrativa da Instituição. A sensibilização, a conscientização, o envolvimento e motivação de todos são elementos importantes para o alcance dos objetivos de qualquer avaliação (institucional, de egressos, de currículos, de gestão democrática, etc) que se pretenda realizar.

A busca pela qualidade nos diversos segmentos da sociedade tem sido uma exigência cada vez mais crescente no sentido de sistematizar o processo de avaliação interna e externa, com o propósito de melhorar a qualidade do ensino. O destaque maior deste artigo tem por finalidade promover a forma de participação da comunidade acadêmica no processo de avaliação institucional. Assim sendo, é de fundamental importância sensibilizar todos os envolvidos no processo (professores, alunos, supervisores, coordenadores de curso, técnico-administrativos e diretores) para que se crie, na FUG, uma cultura de avaliação, considerando-a como um processo sistemático, gradativo e contínuo.

Objetivo:

O objetivo geral deste artigo é além de destacar a influência da CPA no processo de gestão educacional, discutir a política de auto avaliação institucional, de forma a se constituir em instrumento de apoio que propicie a FUG avaliar e trabalhar os indicadores de potencialidades identificando as dificuldades enfrentadas pela instituição e os caminhos possíveis para minimizá-las ou, preferencialmente, superá-las.

Definidos os objetivos específicos:

- a)** Promover o envolvimento da comunidade acadêmica nos processos avaliativos, reforçando a necessidade de estratégias de sensibilização que deem mais legitimidade ao trabalho desenvolvido pela CPA.
- b)** Expressar a atuação efetiva e sistemática da CPA, com base em procedimentos metodológicos de rigor científico para o desenvolvimento de

suas ações de condução da avaliação interna e de acompanhamento da avaliação externa.

c) Entender como o funcionamento da CPA influencia a instituição onde ela está e o que ela tem de melhores práticas.

Metodologia

Assim, partindo do pressuposto da CPA como instrumento de gestão de IES, no decorrer desse artigo a apresentação dos procedimentos metodológicos utilizados pela CPA para a condução do processo de autoavaliação institucional indica que os dados coletados e as informações geradas pelas diferentes pesquisas são imprescindíveis para a elaboração do diagnóstico da instituição. Contudo, os dados e as informações precisam ser interpretadas e ressignificadas pela comunidade acadêmica, representada pela CPA, para terem um sentido para a IES.

As CPA foram instituídas pelo MEC por ocasião da criação do SINAES, identificando-a como um instrumento de gestão educacional nas instituições de ensino superior que utiliza dos resultados apresentados por ela decorrentes do processo de autoavaliação institucional como ponto de reflexão para reconstrução de valores educacionais discutidos sobre a qualidade do ensino. Busca-se o entendimento de práticas da CPA, suas ações, métodos e procedimentos testados e consolidados, no âmbito das IES, considerando o contexto do SINAES.

A existência de uma filosofia avaliativa que funcione como ponto de partida para o desenvolvimento e a ampliação dessa proposta faz diferença quanto à receptividade das ações. A importância dada ao trabalho da CPA tende a ser proporcional ao grau de conhecimento que os segmentos envolvidos têm tanto sobre a necessidade do exercício de autoavaliação quanto sobre a criação e o fortalecimento da identidade institucional.

Para Abramowicz (1996, p.119), “aprender a participar significa aprender a dialogar, aprender a organizar, aprender a criticar, aprender a aprender”. A sensibilização da comunidade interna é passo de extrema relevância para o trabalho da CPA e deve ser considerada como prioridade máxima nas suas atividades. Mobilizar os vários segmentos significa lidar com o aspecto da participação, vista por boa parte dos sujeitos envolvidos como um direito, dado ao fato de estarem inseridos em uma sociedade e, conseqüentemente, em uma instituição regida pelo princípio da democracia. Entretanto, uma participação ativa e crítica ainda precisa ser aprendida e ensinada. A Conaes orienta a CPA a conduzir seu processo observando as 10 dimensões do Sinaes. São elas:

- I – A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II – A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão;
- III - A responsabilidade social da instituição;

- IV - A comunicação com a sociedade;
- V - As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo;
- VI - Organização e gestão da instituição;
- VII - Infraestrutura física;
- VIII - Planejamento e avaliação;
- IX - Políticas de atendimento aos estudantes;
- X - Sustentabilidade financeira.

Sendo assim, a autoavaliação teria como princípio uma avaliação global, a partir de um conjunto integrado de indicadores de qualidade que abarque toda a realidade da IES, incluindo os seus cursos. Para proporcionar uma percepção abrangente, relacionando a avaliação institucional com a dos cursos, observa-se especialmente as dimensões 2 (Ensino, pesquisa e extensão), 4 (Comunicação) e 9 (Atendimento ao discente).

A cooperação dos coordenadores de curso é fundamental para coletar informações significativas, sensibilizar o corpo docente e discente do curso para o processo interno, tornar o processo de apropriação dos resultados mais eficaz, bem como se valer dessa instância para demandar questões oriundas do curso e de seus atores. A avaliação dos cursos está pautada nas condições de ensino ofertadas ao corpo discente, como preconiza a legislação relacionada ao Sinaes e, “em especial, as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica.” Tarefa para este ano de 2019.

A CPA é responsável pela condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecendo às diretrizes mencionadas na Lei n. 10.861/2004. Durante o evento 1º Simpósio será destaque a forma como a CPA influencia o processo de gestão educacional no entendimento da forma como a Autoavaliação Institucional acontece. No Evento será apresentado como a CPA está constituída seus membros titulares: Representante da Mantenedora (Coordenação da CPA), (Representante dos Coordenadores na CPA), (Representante dos técnicos-administrativos na CPA); (Representante dos docentes); Representantes dos estudantes: (aluno titular), e (aluno suplente); Representantes da Sociedade civil Organizada Regiane (município de trindade).

Resultados e Conclusão.

A partir dos procedimentos metodológicos desenvolvidos pela CPA na condução da autoavaliação institucional e analisando-se a evolução histórica desse processo, podem-se destacar como avanço a utilização dos resultados advindos da avaliação como referencial para a tomada de decisões da gestão educacional. Deste modo, as relações entre o planejamento, a avaliação e a gestão institucional foram aproximadas.

A FUG compreende que a autoavaliação é a oportunidade da instituição de analisar sua prática e traçar novas estratégias de intervenção, de cunho pedagógico e estratégico, onde coletivamente se produz conhecimento sobre si mesmo, estabelecendo juízo de valor, que leva a busca constante de

qualidade, tendo como objetivo a maior produção de conhecimentos e a formação de cidadãos e cidadãs para o aperfeiçoamento de toda sociedade. Entretanto, tal processo avaliativo é uma construção cotidiana que exige o esforço de todos os seus pares para que de fato possamos atingir as metas propostas no PDI, tendo como fundamento maior a qualidade.

As principais conclusões que este artigo proporcionou são: o desenvolvimento de uma cultura avaliativa pode amenizar a resistência e o descrédito que se observam em todas as etapas do processo de autoavaliação; os mecanismos de resistência, que incluem a manutenção de instrumentos autoavaliativos paralelos, mas desconectados da CPA. A importância dada ao trabalho da CPA tende a ser proporcional ao grau de conhecimento que os segmentos envolvidos têm tanto sobre a necessidade do exercício de autoavaliação quanto sobre a criação e o fortalecimento da identidade institucional. Conclui-se que a CPA tem papel importante no processo de gestão educacional e a autoavaliação por ele realizada, pode se constituir em um processo que promove o autoconhecimento dos sujeitos envolvidos, produzindo um movimento de reflexão sobre as ações e as práticas desenvolvidas nas IES. Nessa perspectiva, acredita-se no potencial da autoavaliação para o replanejamento institucional e da CPA como espaço de construção de conhecimento. E quando a cultura avaliativa formativa, reflexiva, emancipatória já faz parte da rotina da IES, a sensibilização, de certo modo, é automática.

Referenciais Bibliográficos

ABRAMOWICZ, M. Avaliando a avaliação da aprendizagem: um novo olhar. São Paulo: Lúmen, 1996.

BOTH, I. A questão da avaliação institucional. Ponta Grossa: UEPG, 1992.

BRASIL. Decreto-lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Publicado no DOU nº 72, 15 abr. 2004, Seção 1. p. 3-4.

CONAES. Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior. Brasília: MEC/Inep, 2004.

MÜLLER, Ademir. Avaliação Institucional da gestão escolar na escola pública: a democracia no processo decisório. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 5.ed. Brasília: INEP, 2009

_____. SINAES. Roteiro de Auto Avaliação Institucional 2004. Brasília: MEC/Inep, 2004.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação quantitativa, avaliação qualitativa: interações e ênfases. Psicologia da Educação. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados. São Paulo, nº 2, jun, 1996.